



Pesquisa
DataSenado



Mapa
Nacional da
Violência de
Gênero


ESTUDO EXPLORATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRANS E TRAVESTIS



PARCEIROS

10 ANOS Gⁿ

instituto
natura

 natura AVON

REALIZAÇÃO





Pesquisa
DataSenado



Mapa
Nacional da
Violência de
Gênero

ESTUDO EXPLORATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRANS E TRAVESTIS

Junho
2026

Sumário

**Considerações
iniciais 6**

**Como foi feita
a pesquisa 9**

**Percepção
da violência 13**

Violências vividas **16**

**Perfil das
respondentes 27**

Perspectivas finais **30**

Referências 32

Ficha técnica 34

Considerações iniciais

O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, realiza desde 2005 a pesquisa sobre violência contra a mulher. O presente relatório constitui um recorte dessa pesquisa e apresenta achados exploratórios sobre mulheres trans e travestis identificadas no levantamento geral da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

O início das discussões sobre a inclusão desse grupo ocorreu em 2015, a partir de demandas de organizações sociais ligadas ao tema, e sua participação foi inserida pela primeira vez em 2023, como parte do esforço de inclusão de todas as mulheres nessa pesquisa, conduzida bianualmente há duas décadas (DataSenado, 2024).

Na edição anterior, a pesquisa identificou e entrevistou 21 mulheres trans e travestis em um primeiro esforço institucional de escuta desse grupo no âmbito da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. Aquele levantamento teve caráter exploratório e qualitativo, tanto pelo número reduzido de entrevistadas quanto pela ausência de dados populacionais oficiais que permitissem a realização de inferências estatisticamente válidas. Ainda assim, os resultados já evidenciavam aspectos relevantes das vivências dessas mulheres, como a percepção de desrespeito, a ocorrência de violência doméstica e familiar, a baixa confiança na

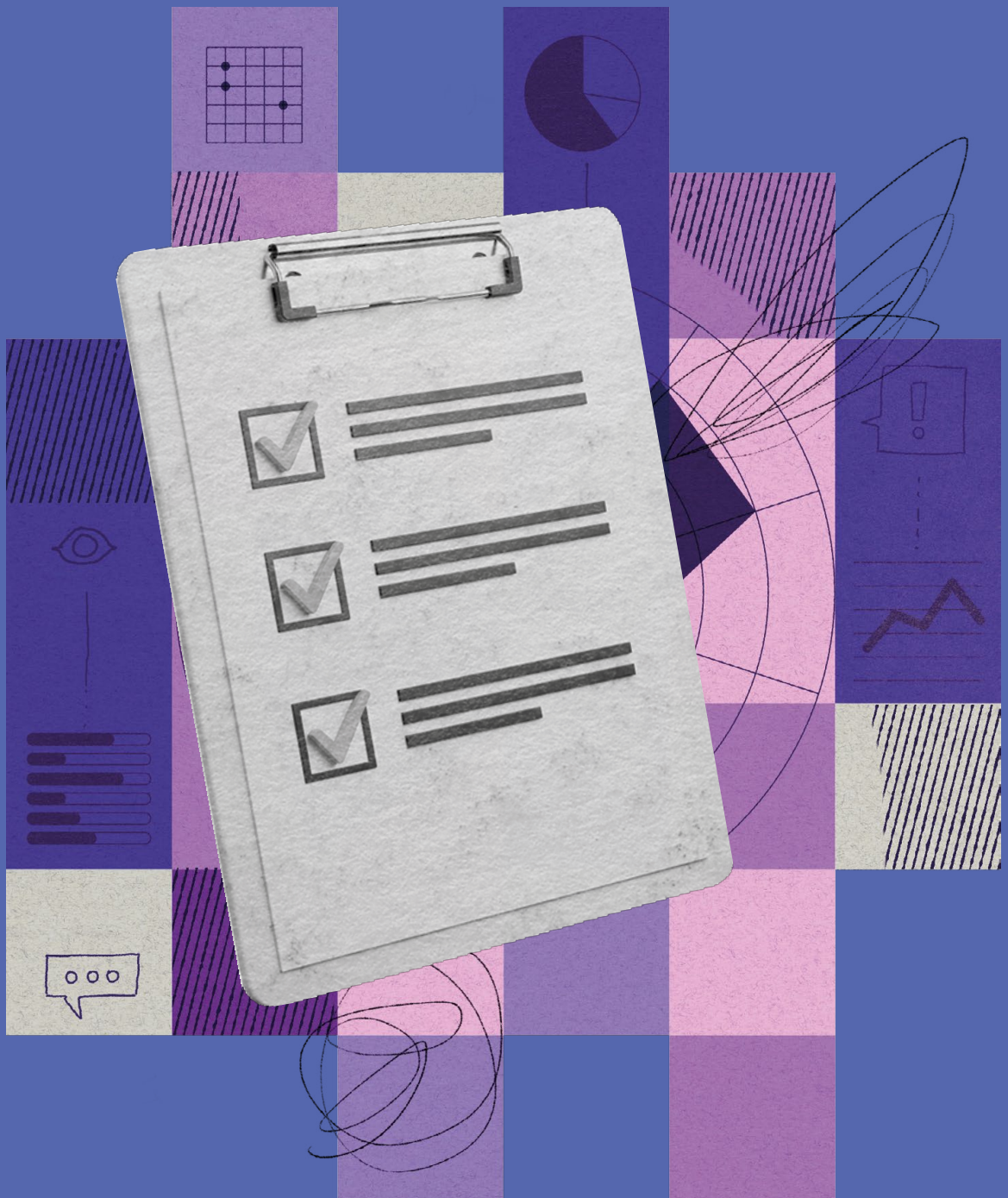


denúncia e barreiras de acesso à proteção, oferecendo subsídios importantes para o aperfeiçoamento da rodada atual, realizada em 2025.

A forma de perguntar sobre identidade de gênero foi modificada em relação à primeira pesquisa, após análise dos áudios, na qual se percebeu dificuldade de entendimento sobre o tema e desconforto quando a mulher era questionada. O planejamento da pesquisa de 2025 levou isso em consideração e, após reuniões com entidades especialistas no tema (Antra, Gênero e Número, Instituto Matizes, Instituto Patrícia Galvão e Vote LGBT), foram discutidas modificações para o levantamento de 2025. Em parceria com o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, que contou com a participação de servidoras trans, as questões específicas foram reformuladas com o intuito de proporcionar maior segurança na participação e adequar a linguagem ao público de interesse.

A pergunta inicial foi: “Apenas para registro: estou falando com um homem ou com uma mulher?”. Após o questionário geral, para participar do bloco das mulheres trans, o texto passou a ser mais explicativo: “Agora tenho algumas perguntas só para mulheres trans, ou seja, mulheres que foram identificadas como homem ao nascer”.

Dessa forma, as vivências dessas mulheres foram captadas em um total de 11 perguntas específicas, que trataram de violências e de busca de ajuda ou proteção. Também foi incluída uma pergunta aberta sobre a vivência das respondentes relacionada à sua transsexualidade. Entre 16 de maio e 18 de julho de 2025, 43 mulheres responderam a esse bloco de vivências.





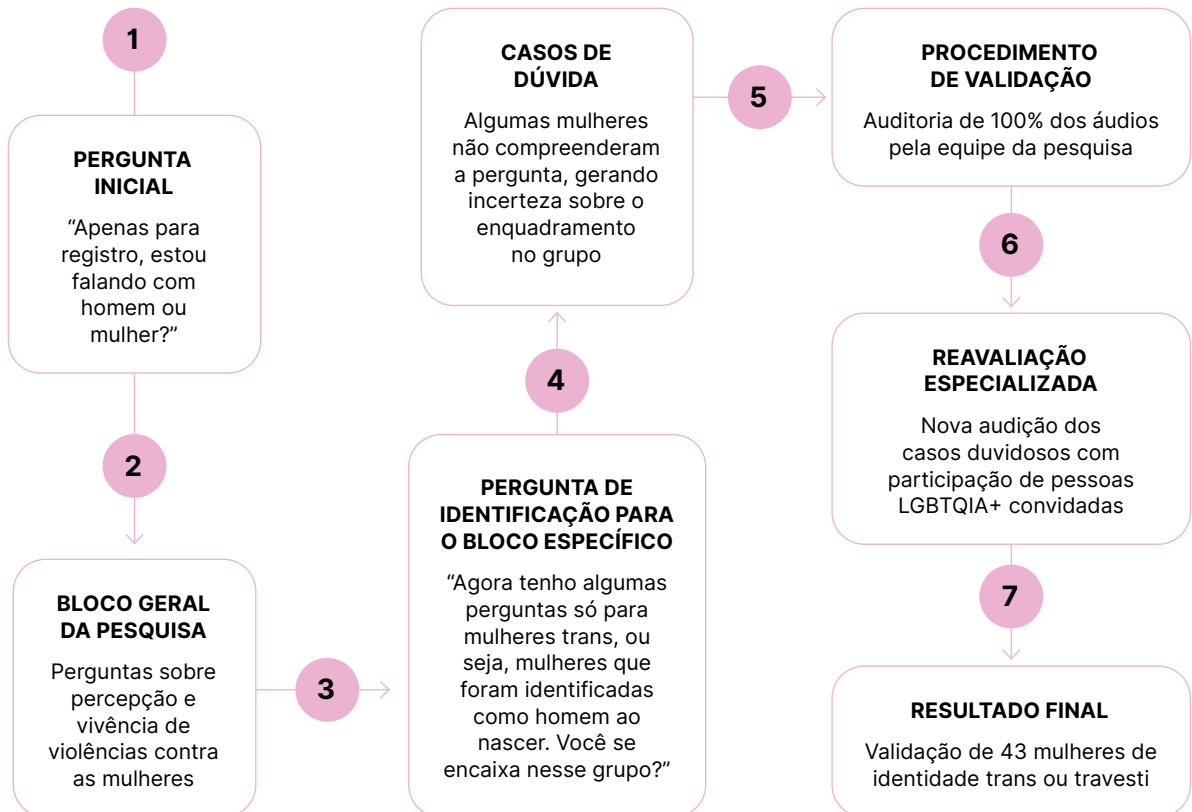
Como foi feita a pesquisa

O desenho amostral de 2025 seguiu o mesmo princípio da pesquisa de 2023: as mulheres trans e travestis foram identificadas no âmbito da pesquisa telefônica sobre violência contra a mulher. Em razão da ausência de parâmetros populacionais oficiais sobre essa população, os resultados não são expandidos para o conjunto de mulheres trans e travestis no Brasil; trata-se de achados exploratórios sobre o grupo entrevistado.

A sequência de perguntas para se chegar ao bloco trans iniciava-se com a formulação “Apenas para registro, estou falando com homem ou mulher?”. Após o bloco de percepção e vivência de violências contra as mulheres, apresentava-se a especificação sobre identidade de gênero: “Agora tenho algumas perguntas só para mulheres trans, ou seja, mulheres que foram identificadas como homem ao nascer. Você se encaixa nesse grupo?”. Em alguns casos, houve dúvidas de compreensão sobre a pergunta, o que exigiu a auditoria de 100% dos áudios pela equipe da pesquisa. Os casos duvidosos foram submetidos a nova audição com pessoas LGBTQIA+ convidadas para a avaliação final, que concluiu que 43 mulheres eram de identidade trans ou travesti. O bloco a seguir ilustra esse processo.

Embora o número de respondentes tenha aumentado de 21 para 43, permanece a limitação quanto à realização de inferências estatisticamente válidas, em razão da ausência de dados censitários sobre essa população específica. O país ainda carece de informações demográficas consistentes sobre mulheres trans e travestis, o que restringe análises com maior precisão estatística. Há, contudo, expectativa de divulgação futura de pesquisas voltadas a esse grupo, o que poderá contribuir para uma compreensão mais precisa de aspectos relevantes de suas vivências.

FLUXO DE IDENTIFICAÇÃO DAS RESPONDENTES PARA O BLOCO ESPECÍFICO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS



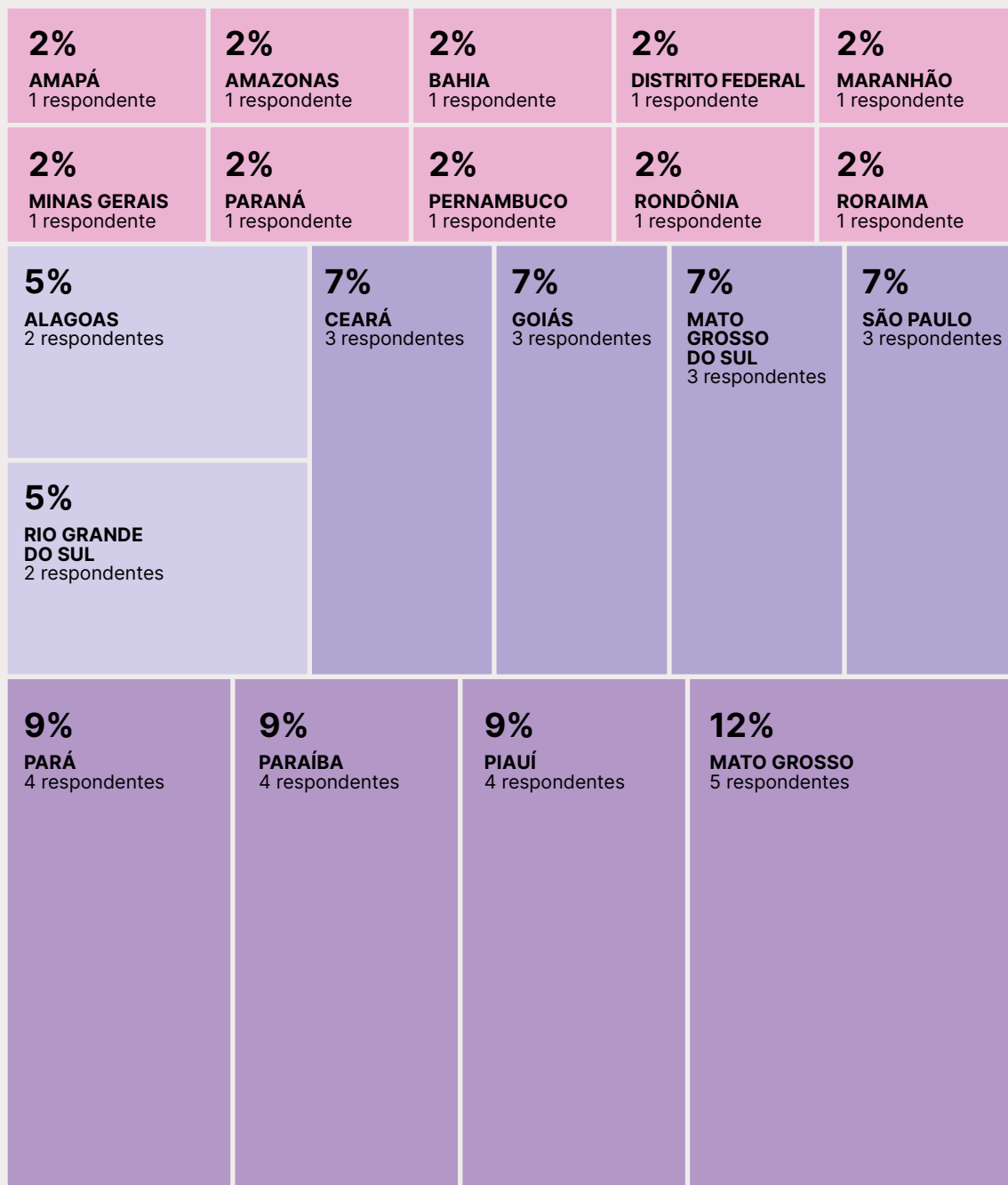
Em relação à pesquisa anterior, houve mudanças na investigação das vivências específicas de mulheres trans, com destaque para a percepção de segurança ao frequentar espaços públicos e ao usar serviços públicos. Houve também a inclusão de situações concretas de violência, de forma a evidenciar o eventual não reconhecimento de violências sofridas.

A distribuição por Unidades da Federação (UF) das entrevistadas é mostrada no diagrama, a seguir. Sete estados não tiveram entrevistadas: Acre, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.



População feminina trans — Brasil

Pesquisa externa, 2025



TOTAL / 43 respondentes

100%





1

**Percepção
da violência**

A violência contra mulheres trans é amplamente divulgada, principalmente por organizações sociais com foco na temática, que contribuem para a criação de políticas públicas e legislação específica, mas ainda enfrenta desafios estruturais que atingem diretamente mulheres trans e travestis, incluindo violência letal, insegurança, exploração sexual, dificuldades no acesso à educação, ao emprego e à renda, à proteção social e ao acesso à justiça (Antra, 2026). Essa realidade também aparece na forma como as respondentes percebem seu cotidiano, marcado por discriminação, constrangimento, insegurança e restrições de acesso associadas ao fato de serem mulheres trans ou travestis.

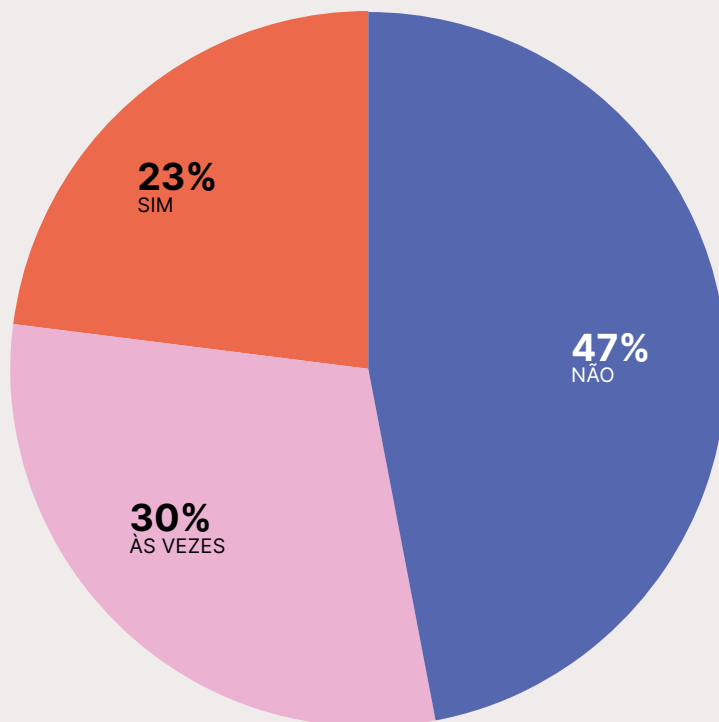
“Minha cidade é muito conservadora, [...], na mente deles, eles acham que mulheres trans não podem circular em vias públicas, não podem frequentar espaços familiares, tipo cinemas, shopping, essas coisas. Então, sempre acontecem essas perseguições, sabe? Tipo, igual, entro num shopping, vem um segurança por trás, bem discretamente, pra ver o que você vai fazer, onde você vai entrar, ou se você entra numa loja, os olhares mudam, como se a gente fosse roubar ou fazer alguma zona naquele lugar, sabe?”

(PARANÁ, 16 A 29 ANOS)

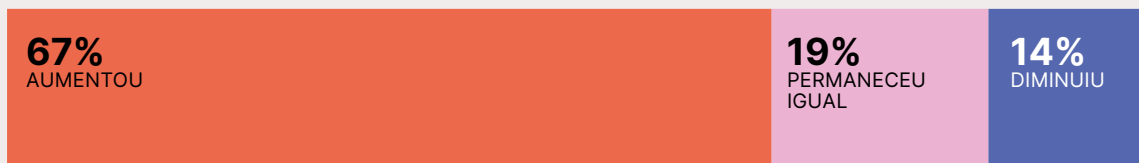
Ao serem questionadas sobre como as mulheres são tratadas, de forma geral, 47% entendem que não são tratadas com respeito, 67% responderam que a violência doméstica ou familiar aumentou e 72% acreditam que o Brasil é um país muito machista.



**De forma geral,
você acha que
as mulheres
são tratadas
com respeito no
Brasil?**



**NA SUA OPINIÃO, NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES:**



DE FORMA GERAL, VOCÊ CONSIDERA O BRASIL UM PAÍS:



47%

DOS 43 CASOS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS ENTREVISTADAS, RELATARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR

VIOLÊNCIAS VIVIDAS

Dos 43 casos de mulheres trans e travestis entrevistadas, 20 relataram ter sofrido violência doméstica ou familiar, o que corresponde a 47% desse grupo, além de 24 participantes (56%) que vivenciaram situações compatíveis com violência nos últimos 12 meses. As violências mais frequentes foram psicológica (95%), física (80%) e moral (80%), frequentemente praticadas por marido, companheiro ou namorado (50%), em contextos marcados por conflitos relacionais, como ciúmes (60%) ou inconformismo com o término (50%). Além disso, 40% relataram agressões verbais associadas diretamente ao fato de serem trans, evidenciando a centralidade da identidade de gênero nas experiências de violência.

Essas vivências impactam diretamente o cotidiano dessas mulheres, produzindo sentimentos de insegurança, vigilância constante e restrições à circulação em espaços públicos, além de dificuldades no acesso a serviços e no convívio social. Parte dessas situações decorre de violências associadas à transfobia, que se manifesta não apenas em agressões explícitas, mas também em constrangimentos, discriminações institucionais, mau atendimento em órgãos públicos e exclusão simbólica, frequentemente naturalizados como experiências recorrentes. Nesse contexto, a transfobia atua como eixo estruturante das violências relatadas, intensificando sua frequência e seus efeitos sobre a vida cotidiana das respondentes.



Ainda que haja oscilações anuais nos registros, o fato de o Brasil seguir figurando como o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo (Rodrigues, 2026) reforça a importância de pesquisas sobre violências contra esse grupo. Nesse contexto, os resultados desta pesquisa devem ser lidos como parte de uma estrutura mais ampla de violências, que inclui desde agressões letais até constrangimentos cotidianos, barreiras de acesso a serviços e restrições ao direito de circulação e pertencimento.

Algumas das participantes ilustraram essa realidade por meio de relatos que evidenciam a recorrência e a naturalização dessas experiências.

Nos últimos 12 meses, cerca de 54% das respondentes relataram desconforto ao estar em espaços públicos e 38% indicaram ter sido mal atendidas em órgãos públicos. Os relatos sugerem que essas experiências são percebidas como frequentes em seu cotidiano, reforçando um sentimento de vigilância, exposição e insegurança. Algumas das participantes ilustraram essa realidade:

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, CERCA DE 54% DAS RESPONDENTES RELATARAM DESCONFORTO AO ESTAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS E

38%

INDICARAM TER SIDO MAL ATENDIDAS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS.

ENTREVISTADORA

“Foi mal atendida em órgãos públicos?”

ENTREVISTADA

“Sempre acontece, né, amiga?”

Isso é normal, sim.”

(SÃO PAULO, 16 A 29 ANOS);

ENTREVISTADORA

“Insultou você, sim ou não?”

ENTREVISTADA

“Isso é comum, né?”

(PARÁ, 30 A 39 ANOS)

“[...] estamos num país com muito preconceito, e o machismo e a transfobia ainda comandam, mas a gente sempre está à procura de uma luta para mostrar ser quem nós somos realmente”

(RORAIMA, 16 A 29 ANOS);

“[...] mas o preconceito existe de várias formas, né? E a gente carrega um pouco a mais, né?”

(RONDÔNIA, 50 A 59 ANOS);

“[...] nós, mulheres trans, sofremos muito por questões do patriarcado, do machismo e da misoginia; ainda mais porque a transfobia está meio que imposta no país”

(PARAÍBA, 16 A 29 ANOS).

NOS ÚLTIMOS
12 MESES, 24
PARTICIPANTES, OU

56%

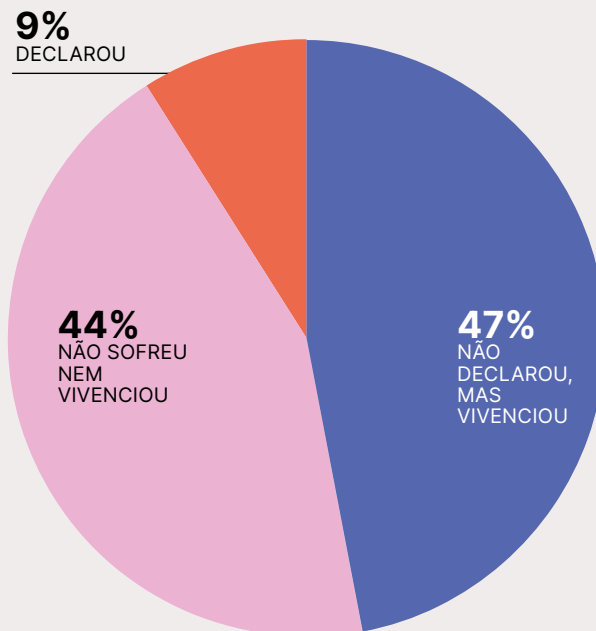
RELATARAM
SITUAÇÕES
COMPATÍVEIS
COM VIOLÊNCIA,
MAS APENAS 4
RECONHECERAM
EXPLICITAMENTE
TER SOFRIDO
VIOLÊNCIA

Nos últimos 12 meses, 24 participantes, ou 56%, relataram situações compatíveis com violência, mas apenas 4 reconheceram explicitamente ter sofrido violência. Essas situações podem ser agrupadas em:

- **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, MORAL E INSTITUCIONAL;**
- **AGRESSÕES VERBAIS** (xingamentos, insultos, humilhações) — relatadas por cerca de 40%;
- **MAU ATENDIMENTO OU TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO** em órgãos públicos;
- **CONSTRANGIMENTOS SOCIAIS RECORRENTES**, como olhares hostis ou tratamento desigual em espaços públicos;
- **SENSAÇÃO DE VIGILÂNCIA E SUSPEIÇÃO**, por exemplo, ser seguida por seguranças em lojas;
- **RESTRICÇÕES AO USO E CIRCULAÇÃO** em espaços públicos, incluindo a percepção de que não são bem-vindas.



Você sofreu violência nos últimos 12 meses? Vivenciou nos últimos 12 meses?



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025.

NESTE BLOCO, QUEREMOS SABER SE O FATO DE VOCÊ SER UMA MULHER TRANSGÊNERO CAUSOU CADA UMA DAS SITUAÇÕES A SEGUIR, NOS ÚLTIMOS 12 MESES

SENTIU DESCONFORTO POR ESTAR EM ESPAÇOS COLETIVOS?



FOI AGREDIDA VERBALMENTE?



FOI MAL ATENDIDA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS?



FOI MAL ATENDIDA EM SERVIÇOS DE SAÚDE?



FOI IMPEDIDA DE ENTRAR EM ESPAÇOS PÚBLICOS?



FOI AGREDIDA FISICAMENTE?



TEVE DADOS EXPOSTOS NA INTERNET SOFREU PERSEGUIÇÃO OU AMEAÇAS ONLINE?



SOFREU VIOLÊNCIA SEXUAL?



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025. NOTA: Questão de resposta múltipla, ou seja, o respondente podia escolher mais de uma opção de resposta

Esse descompasso sugere que parte das agressões é naturalizada ou vivida como componente recorrente do cotidiano, sobretudo quando se trata de violência psicológica, moral, transfóbica, institucional ou familiar.

Ao se observar especificamente a violência doméstica ou familiar, 77% das entrevistadas afirmaram conhecer alguma amiga, familiar ou pessoa próxima que já sofreu violência, e 47% relataram que elas mesmas sofreram. Este último percentual corresponde a 20 mulheres trans, das 43 identificadas.

60%
DAS AGRESSÕES
FORAM CAUSADAS
POR CIÚMES
ENQUANTO

Entre as 20 entrevistadas, 95% sofreram violência psicológica, 80% física e 80% moral, ocasionadas, principalmente, pelo marido/companheiro ou namorado da época (50%). Os fatores associados ao autor da violência no momento da agressão mais grave foram, principalmente: ciúmes (60%) e inconformismo com o término ou com a tentativa de término do relacionamento (50%).

50%
FORAM
CAUSADAS POR
INCONFORMISMO
COM TENTATIVA
OU TÉRMINO DO
RELACIONAMENTO

Além da violência doméstica ou familiar, as situações investigadas também captaram outras formas de violência e discriminação. Das 43 mulheres trans entrevistadas, 40% afirmaram ter sido agredidas verbalmente em razão de serem trans.

A violência não se limita a episódios formalmente tipificados como agressão; ela também se expressa como vigilância social, constrangimento, insegurança cotidiana e restrição subjetiva do direito de presença em espaços compartilhados, como relata uma das respondentes:

“acham que mulheres trans não podem frequentar áreas públicas... vem segurança por trás em loja... os olhares mudam como se fosse roubar”

(PARANÁ, 16 A 29 ANOS).



DAS 43
MULHERES TRANS
ENTREVISTADAS,

40%

AFIRMARAM TER
SIDO AGREDIDAS
VERBALMENTE EM
RAZÃO DE SEREM
TRANS.

Há também violência relatada em outra dimensão da vida social, captada nas perguntas abertas, relacionada à inserção no mercado de trabalho. A mesma entrevistada afirmou: *“tenho 3 formações, chego pra fazer entrevista vejo o olhar do entrevistador que não vai me chamar”*. O relato sugere que a discriminação opera já nas etapas iniciais da busca por emprego, convertendo qualificação em frustração e exclusão. Esse achado dialoga com o perfil das respondentes: 42% estão fora da força de trabalho e 7% estão desocupadas, e com as evidências recentes de que pessoas trans enfrentam barreiras recorrentes de acesso e permanência no mercado formal de trabalho no Brasil.

A agressão verbal aparece como o segundo tipo mais frequente de violência relatado pelas respondentes, mencionada por 40% delas. Esse dado evidencia que a violência contra mulheres trans e travestis não se manifesta apenas em formas físicas ou extremas, mas também por meio de ofensas, humilhações, xingamentos e outras práticas discursivas que reafirmam sua deslegitimação social. Embora por vezes seja naturalizada ou tratada como menos grave, a agressão verbal produz efeitos profundos, pois compromete a autoestima, intensifica o sentimento de insegurança e reforça a exclusão em espaços públicos e privados.

FOI AGREDIDA VERBALMENTE?

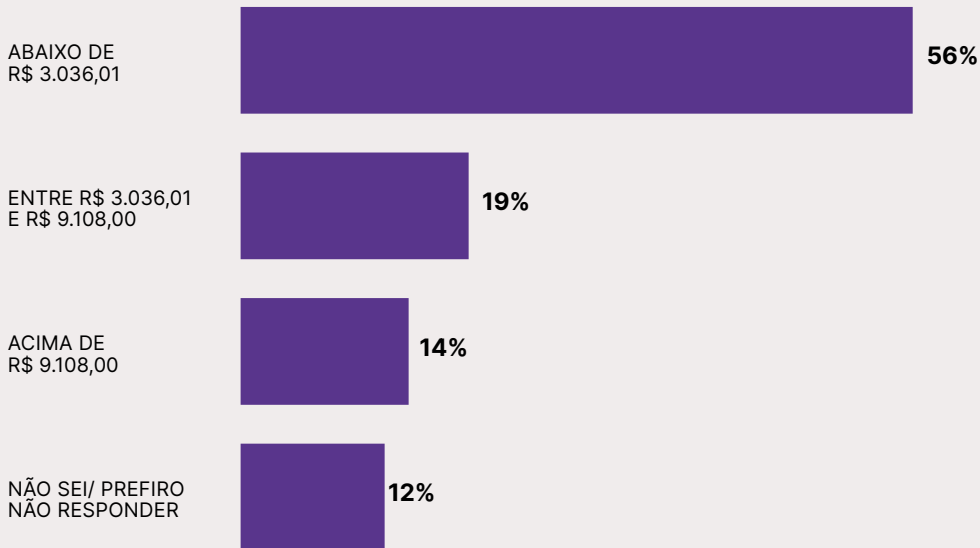
“Geralmente sim, né? Não vamos falar que não, porque é mentira”.

(SÃO PAULO, 16 A 29 ANOS)

“Vixi... Sempre”.

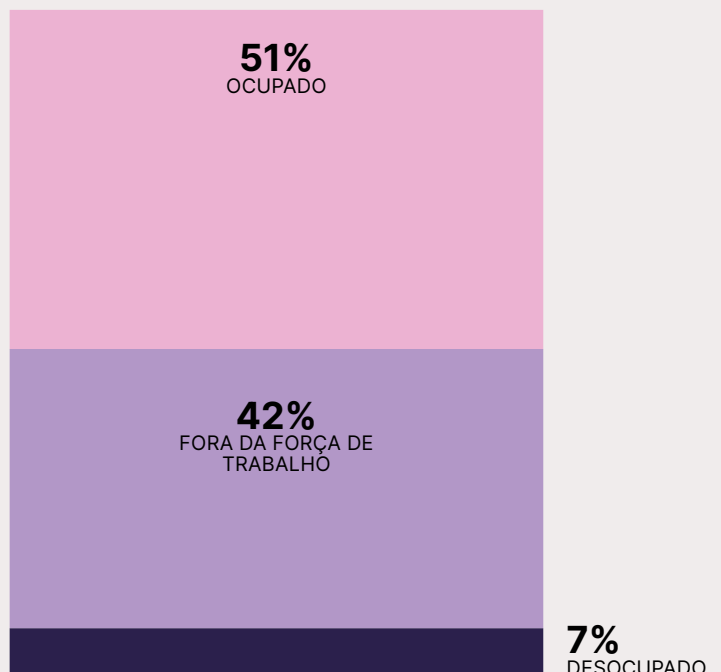
(GOIÁS, 16 A 29 ANOS)

Qual foi a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas e benefícios de todas as pessoas que moram com você, inclusive a sua?



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025. NOTA: Soma dos percentuais difere de 100% devido ao arredondamento.

SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025.



“Às vezes, né? Porque as pessoas não nos compreendem”.

(PARÁ, 40 A 49 ANOS)

Todas as situações de violência estudadas são passíveis de proteção pelo poder público. Ainda assim, das 32 mulheres que responderam “sim” a pelo menos uma dessas situações, apenas 3 procuraram algum serviço de proteção.

Os achados sugerem a hipótese de que a baixa procura por serviços pode estar relacionada à baixa confiança nas instituições e ao receio de novas situações de constrangimento. Cerca de 38% das respondentes indicaram mau atendimento em órgãos públicos e 27% em serviços de saúde. Buscar apoio e ajuda em situações de violência requer confiança em quem irá prestar esse auxílio. Nessa direção, Ferreira (2019) aponta que pessoas trans e travestis são frequentemente capturadas por processos de seletividade penal e sujeição criminal. Esse quadro ajuda a compreender por que, mesmo diante de situações em que são vítimas de violência, o recurso às instituições públicas pode não ser percebido como um caminho seguro ou efetivo.

38%

DAS
RESPONDENTES
INDICARAM MAU
ATENDIMENTO
EM ÓRGÃOS
PÚBLICOS E 27%
EM SERVIÇOS DE
SAÚDE.

FOI MAL ATENDIDA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS?

“Sempre acontece, né, amiga?
Isso é normal, sim”. (

SÃO PAULO, 16 A 29 ANOS)

“Fui sim, fui péssimo atendida”.

(CEARÁ, 16 A 29 ANOS)

Nos serviços de saúde, a situação é semelhante: a procura por atendimento também depende da confiança de que o serviço será um espaço de cuidado, e não de nova exposição à violência. Thiago Félix Pinheiro et al. (2024), em estudo qualitativo com 52 mulheres trans e travestis, mostram que a transfobia nos serviços de saúde aparece em situações cotidianas, como olhares de estranhamento, piadas, constrangimentos corporais, demora injustificada no atendimento, desrespeito ao nome social/retificado e tratamento baseado no sexo registrado ao nascimento. Esses episódios não apenas produzem sofrimento, mas funcionam como barreiras concretas à busca, à permanência nos serviços e à continuidade do cuidado.

FOI MAL ATENDIDA EM SERVIÇOS DE SAÚDE?

“Só por eu falar meu nome de mulher, né? E ele falava meu nome de homem e eu pedindo pra falar meu nome de mulher e não queriam me atender como mulher”.

(DISTRITO FEDERAL, 16 A 29 ANOS)

Comentário experiência como mulher transgênero em relação à violência contra as mulheres:

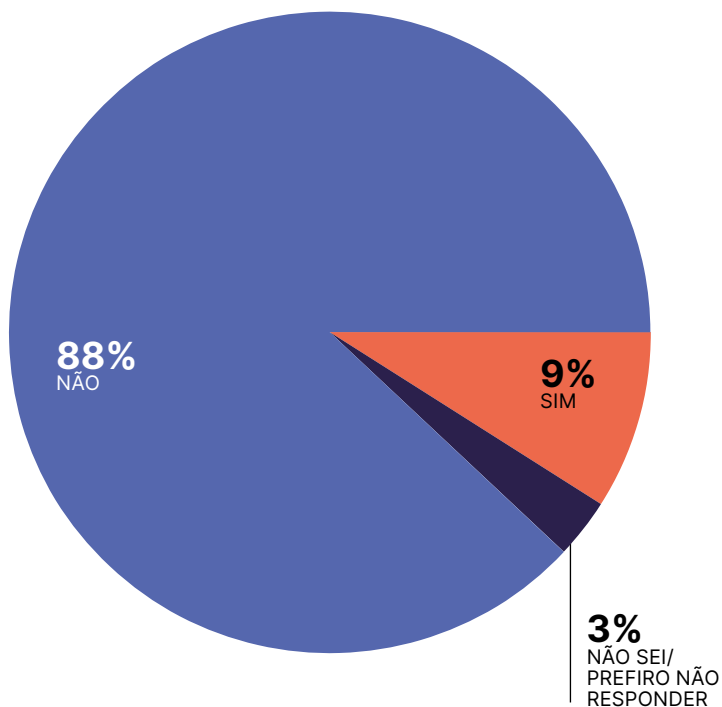
“Eu acredito que a segregação, tanto racial quanto sexual, ela interfere no meio de como eu sou tratada em âmbitos como; profissional, educacional ou até mesmo em lugares aonde eu tento acessar por meio de saúde pública. Contribuem de forma severa para a minha exclusão, me empurrando para a margem da sociedade.”

(BAHIA, 16 A 29 ANOS)



Embora predomine entre as respondentes o relato de vivências marcadas por violência, constrangimento e barreiras institucionais, também houve menção a experiências distintas. Uma entrevistada afirmou: “Menina, eu nunca passei por violência, é bem tranquilo onde eu moro.” (Mato Grosso do Sul, 50 a 59 anos). Esse relato indica que as experiências de mulheres trans e travestis não são homogêneas e podem variar conforme o contexto local, a faixa etária, as redes de sociabilidade e as condições concretas de inserção social. Ainda assim, sua presença no conjunto dos depoimentos não altera o quadro geral identificado pela pesquisa, marcado por ampla exposição a diferentes formas de violência e discriminação.

E você procurou algum serviço de proteção à mulher por causa de alguma dessas situações?



FONTE: Instituto de Pesquisa DataSenado - coleta de 16.5 a 8.7.2025.





2

**Perfil das
respondentes**

Entre as 43 entrevistadas, predominam mulheres pretas, pardas ou indígenas (70%), sem religião ou com religiões afrobrasileiras (58%), com idade entre 16 e 29 anos (47%), escolaridade até o ensino médio completo (65%), sem deficiência (81%) e residentes em áreas urbanas (67%). Além disso, 56% possuem renda familiar inferior a R\$3.036,01, e 70% afirmam conseguir se sustentar com seu próprio dinheiro. Em relação à situação no mercado de trabalho, cerca de 51% estão ocupadas, enquanto 42% se encontram fora da força de trabalho.

Das 43 mulheres trans entrevistadas, 72% consideram o Brasil um país machista, e 47% acreditam que as mulheres são menos respeitadas nas ruas. Os relatos coletados, ainda, acrescentam um problema pelo qual as mulheres cisgênero, em geral, não passam: a transfobia.



PERFIL



70%
MULHERES
PRETAS, PARDAS
OU INDÍGENAS



67%
SÃO RESIDENTES
EM ÁREAS
URBANAS

JOVENS

COM IDADE
ENTRE 16
E 29 ANOS
(47%)

SEM DEFICIÊNCIA



POSSUI ESCOLARIDADE ATÉ O ENSINO MÉDIO COMPLETO



AFIRMAM CONSEGUIR SE SUSTENTAR COM SEU PRÓPRIO DINHEIRO

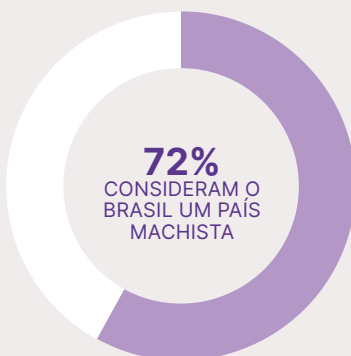


ESTÃO OCUPADAS



56% POSSUEM
RENDA
FAMILIAR
INFERIOR A

R\$3.036,01



PERSPECTIVAS FINAIS

Os resultados apresentados neste relatório têm caráter exploratório. Esse não é o cenário ideal para a produção de conhecimento sobre mulheres trans e travestis no Brasil, mas é o possível diante das limitações atuais, sobretudo da ausência de parâmetros populacionais oficiais.

Ainda assim, explicitar esse caráter exploratório não reduz a importância da pesquisa. Ao contrário, reforça o compromisso institucional de buscar caminhos metodológicos capazes de produzir conhecimento mais qualificado sobre um grupo historicamente pouco contemplado nas estatísticas públicas.

A produção de dados sobre mulheres trans e travestis é, por isso, uma necessidade importante. A escassez de informações demográficas, sociais e econômicas sobre esse grupo limita pesquisas, dificulta a formulação de políticas públicas e contribui para a permanência de sua invisibilidade no plano institucional.

Os achados também reforçam a necessidade de qualificar os serviços públicos. Os relatos de mau atendimento em órgãos públicos e serviços de saúde, somados à baixa procura por serviços de proteção, sugerem que o acesso formal aos direitos nem sempre se converte em acolhimento efetivo.

Por fim, é importante não invisibilizar as experiências relatadas. O registro das falas das entrevistadas permite reconhecer que, por trás dos percentuais e tabelas, há vivências concretas de violência, discriminação e resistência, o que reforça a importância da luta por igualdade de gênero e por uma vida melhor em sociedade:



“Não só as mulheres trans, mas também as mulheres cis, devem estar sempre unidas na luta, na defesa dos nossos direitos, contra a violência, contra o machismo, a misoginia e, enfim, que tenhamos forças para resistir a tudo o que está por vir, a tudo o que está aí. A luta é grande. A luta tem que ser pelo coletivo. Todas as mulheres, independentemente da orientação, sejam cis ou trans, temos que estar muito unidas. Porque a violência não faz distinção.”

(CEARÁ, 40 A 49 ANOS)

“Eu acho que as pessoas ainda precisam entender que o fato de ser uma mulher trans, um homem trans ou homossexual, seja lá o que for, qual seja a orientação ou a identidade de gênero, não muda que são pessoas, né? São pagadoras de impostos, são trabalhadoras, são pessoas que vivem em sociedade normalmente. E, se forem respeitadas, [...] a vida em sociedade vai ficar bem melhor.”

(RIO GRANDE DO SUL, 50 A 59 ANOS)

Referências

DATASENADO. **Violência contra mulheres trans e travestis no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasetenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_trans/2024/interativo.html. Acesso em: 15 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **ANTRA envia carta à Relatora Especial da ONU sobre violência contra mulheres e meninas**. [S. l.]: ANTRA, 3 mar. 2026. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2026/03/03/antra-envia-carta-a-relatora-especial-da-onu-sobre-violencia-contra-mulheres-e-meninas/>. Acesso em: 13 maio 2026.

RODRIGUES, Alice. **Mesmo com queda, Brasil é o país que mais mata trans e travestis**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 26 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-01/brasil-ainda-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-no-mundo>. Acesso em: 13 maio 2026.



PINHEIRO, Thiago Félix; CARVALHO, Paula Galdino Cardin de; NOLASCO, Gabriel; SANTOS, Lorruan Alves dos; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena.

Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil.

Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 27, supl. 1, e240007.supl.1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240007.supl.1.2>.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Violência policial e penitenciária contra pessoas trans no Brasil.**

In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Brasília, DF. Anais eletrônicos [...]. Brasília, DF: ABEPSS, 2018. p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23591>. Acesso em: 13 maio 2026.

SOUZA, Mériti; PRADO, Marcelo de Oliveira. **Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações.** Revista Polis e Psique, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 45-66, 2019.

Ficha técnica

REALIZAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA

Isadora de Castro
Selos — Diretora

Marcos Ruben de Oliveira
— Coordenador Geral e
estatístico responsável

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO

José Henrique de Oliveira
Varanda — Coordenador
do Instituto de Pesquisa
DataSenado

Rolf Regehr — Chefe de
Serviço de Pesquisa e Análise
Alexandre de Lana Silva
Anderson Ferreira Dos Santos
Sidney da Silva Pereira Bissoli

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA

Maria Teresa Prado —
Coordenadora do OMV

Adriana Martins Dornelas
Andreza Rios de Carvalho
Bruna Silva Rosa dos Santos
Eleonora Stanziona Viggiano
Fernanda Pereira Rocha
Paloma Lizete Castro

EQUIPE TÉCNICA

Ângela Barbosa Reis Lúz
Aretha Pessanha Cordeiro
Arthur Lima Gomes
Damião Flávio dos Santos
Danilo Freire Holanda de Paiva
Filipe da Silva Borges
Gabriele Lima Gomes
Lucas Caires de Sousa
Pedro Leonardo C. M. Barbosa
Vinicius Regadas S. Montezuma



APOIO E PARCERIA

COLETA DE DADOS

NEXUS Pesquisa e Inteligência de Dados Ltda

DESIGN

Casa Grida

AGRADECIMENTOS

Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal

Stella Maria Vaz Santos Valadares — Coordenadora

Christian Caetano de Lima

Daniela de Oliveira Duschenes

Deiziane Vieira Costa

Iara Silva Bido

Iasmyny Fernandes Silva

Julia Simões Dos Santos

Ludmila Neves Barbosa da Silva

Maria Luiza Dos Santos Bernardes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS — ANTRA

Bruna Benevides

GÊNERO E NÚMERO

Vitória Régia da Silva

Lola Ferreira

Gabriela Costa

INSTITUTO MATIZES

Lucas Bulgarelli

Raíssa Sidrim

VOTE LGBT

Alciana Paulino

INSTITUTO NATURA

Beatriz Accioly Lins

Elaine Silva de Paula

Giuliana Roberta Borges

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO

Jacira Melo

Marisa Sanematsu



Pesquisa
DataSenado

PARCEIROS

10 ANOS Gⁿ

instituto
natura

natura AVON

REALIZAÇÃO

SENADO
FEDERAL



Mapa Nacional
da Violência
de Gênero